



000140

PARECER JURÍDICO Nº 10/2022

CONSULENTE: Município de São Francisco.

Assunto: Registro de preços visando eventual contratação de empresa para aquisição de pneus para o município e as secretarias.

**EMENTA- ADMINISTRATIVO -
PREGÃO ELETRÔNICO - MINUTA DO
EDITAL E CONTRATO - LEI Nº
8.666/93 - DECRETO FEDERAL Nº
10.024/2019.**

1. Considera-se aprovada a minuta, caso não haja motivo para insurgir-se contra quaisquer de seus dispositivos;
2. A minuta em que haja necessidade de reparos deve ser aprovada sob a condição de retificar as questões apontadas no Parecer Jurídico;
3. A não retificação do edital, naquilo que é apontado no parecer, acarreta a não aprovação da minuta, não podendo o certame prosseguir.

Procedo à análise da minuta do edital e contrato (ata de registro) de processo licitatório a ser deflagrado sob a modalidade pregão eletrônico, visando eventual contratação de empresa para aquisição de pneus.

Esta análise, portanto, dar-se-á em cumprimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93 e se consubstancia na opinião deste parecerista sobre a legalidade da minuta editalícia.

Para o certame em análise elegeu-se o Pregão Eletrônico, modalidade prevista pela Lei 10.520/02, que simplifica o procedimento para contratação de bens e serviços de natureza comum.

14



00041

O objeto licitado encaixa-se perfeitamente no conceito de bem comum, afigurando-se correta a decisão da Pregoeira em adotar essa modalidade licitatória.

Pois Bem. No que concerne aos requisitos de habilitação vislumbro exigências que se amoldam ao disposto nos artigos 27 a 31, da Lei nº 8666/93, acrescendo-se outros específicos a este tipo de contratação.

Esclareço que, correta a forma eletrônica, uma vez que concede ampla concorrência, bem como tem a finalidade de ampliar, ao máximo, a disputa.

Nesse trilhar, as normas preconizadas pela Lei nº 8666/93, bem como as disposições editadas por norma municipal hão de ser plenamente atendidas, sob pena de ilegalidade do ato.

Constato, também, atendimento às normas prescritas pelo artigo 40, da Lei de Licitações, a saber: objeto; prazo e condições para assinatura do contrato, sua execução e entrega do objeto; sanção em caso de inadimplemento; condições de participação, pagamento e recebimento do objeto; critérios para julgamento, aceitabilidade das propostas e reajuste, e normas para o caso de interposição de recursos.

O Termo de Referência deve ser subscrito pela autoridade que requisitou a deflagração do certame, sendo esta responsável pela correta especificação dos itens, bem como seus quantitativos com o escopo de garantir plena higidez do processo licitatório, notadamente em casos tais, em que falece a este subscritor conhecimento técnico sobre a natureza dos itens a serem licitados.

Sugiro, no entanto, que seja certificado pelo(a) Pregoeiro(a), a



000042

presença, no processo administrativo que dará origem a esse certame, dos seguintes elementos:

- Justificativa para contratação;
- Coleta de preços, descrevendo a fonte utilizada;
- Autorização para licitar;
- Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- Decretos municipais;
- Rubrica do edital e assinatura pela autoridade competente;

No que concerne aos requisitos de habilitação vislumbro exigências que se amoldam ao disposto nos artigos 27 a 31, da Lei nº 8666/93, acrescentando-se outros específicos a este tipo de contratação.

Em relação à formalização do contrato (ata de registro), deve ser observada e respeitada as cláusulas contratuais, em atendimento ao disposto no artigo 55 da lei 8.666/93.

DISPOSITIVO

Nos termos da fundamentação alhures, esta Assessoria Jurídica reconhece a aptidão da minuta do edital, devendo o feito seguir em seus ulteriores termos, e às recomendações supra.

É o parecer, s.m.j.

São Francisco/SE, em 11 de outubro de 2022.


FABRÍCIO PEREIRA XAVIER SOUZA
OAB/SE 6174